

O CONTEXTO ESCOLAR FRENTE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Francisca Eduarda Alves da Conceição¹
Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira²

Resumo

A temática do abuso sexual infantil é imprescindível diante do aumento de casos nos últimos anos. Nesta perspectiva, este trabalho teve como objetivo geral analisar como os envolvidos no contexto escolar devem lidar com as questões relativas ao abuso sexual de crianças e adolescentes que a frequentam. Partimos então de objetivos específicos por meio dos quais buscamos explicar como o abuso sexual afeta o desenvolvimento dos estudantes; verificar como o professor deve proceder ao identificar um problema desta natureza em sua turma, e por fim, discutir sobre a conscientização e prevenção de casos de abuso sexual infantil no ambiente escolar. O presente trabalho é de abordagem qualitativa e foi realizado com base na investigação bibliográfica a partir de publicações referentes ao assunto, bem como uma pesquisa de campo com coleta de dados junto a 10 professores de escolas públicas e privadas por meio de questionário. Ao final desta investigação, compreendemos que a escola não pode ficar alheia às realidades que a cercam a respeito do abuso sexual diante do discurso da formação integral dos estudantes. O professor pode ser um aliado significativo na prevenção e proteção contra o abuso sexual de crianças, e para isso necessita de melhor compreensão sobre os assuntos que permeiam esta questão para contribuir positivamente junto às crianças ao identificar casos em sua turma, inclusive com encaminhamentos adequados para minimizar os efeitos destas situações. A escola por sua vez, deve proporcionar ocasiões com investimentos nesta formação continuada.

Palavras-chave: Abuso sexual; Desenvolvimento infantil; Professor; Escola.

INTRODUÇÃO

Habigzang et al (2011) entendem o abuso sexual contra crianças como uma ação, na qual a vítima é incapaz de consentir por não entender a situação. O ato é de satisfação do adulto e pode acontecer por meio de ameaças ou por manipulação. Na maioria dos casos, o abusador é uma pessoa conhecida da criança, geralmente familiares, vizinhos ou amigos da família.

Leis que abordam sobre o abuso sexual como a Constituição Federal no artigo 227, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em seu artigo 5º e nos artigos 240 e 241, bem como no Código Penal nos artigos 217, 218 e 224, asseguram proteção para crianças e adolescentes nestas condições. Por mais que existam tais

¹ Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

² Mestre em Educação. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

legislações, a realidade é que os casos vêm aumentando de forma incontrolável. De acordo com a revista Extra (2020), em 2019 o Brasil teve em média 17 mil situações de abuso sexual contra crianças e adolescente, os dados anualmente alegam que o número vem crescendo desde 2011.

A escola por ser um local em que as crianças passam grande parte do seu dia, tem um papel importante diante deste assunto. As questões relativas ao abuso sexual são realidades nas instituições de ensino de educação infantil e fundamental I e não podem ser ignoradas. Borges e Dell'aglio (2008) consideram que essa ação possa afetar o desenvolvimento e deixar sequelas no comportamento social.

Com o intuito de contribuir junto aos aspectos do desenvolvimento humano e em favor de crianças envolvidas abusos sexuais, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar como os envolvidos no contexto escolar devem lidar e abordar as questões relativas ao abuso sexual de crianças e adolescentes que a frequentam e como objetivos específicos, buscamos explicar como o abuso sexual afeta o desenvolvimento dos estudantes; verificar como o professor deve lidar com as questões de abuso sexual ao identificar um problema desta natureza em sua turma e discutir sobre a conscientização e prevenção ao abuso sexual infantil nas escolas.

O presente trabalho será desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa feita por meio de análises bibliográficas a partir de publicações referentes ao assunto e uma pesquisa de campo com a técnica de questionário junto a 10 professores de escolas públicas e privadas, separados por nível de ensino, Infantil e Ensino Fundamental, o qual possibilitou uma análise parcial do contexto escolar frente ao abuso sexual infantil.

1. Como o abuso sexual afeta o desenvolvimento Infantil.

O abuso sexual infantil são problemas que envolvem vários fatores e que afetam o desenvolvimento infantil. Borges e Dell'aglio (2008) afirmam que o abuso sexual infantil é considerado um evento traumático e pode ser um fator de risco. Com isso, pode-se destacar que o abuso sexual pode causar danos prejudiciais para as vítimas.

No que tange ao desenvolvimento infantil, para que um indivíduo se desenvolva em todos os seus aspectos de forma gradativa e similar, é preciso que sua saúde esteja em estado de equilíbrio. Assim, a Organização Mundial da Saúde – OMS (2016) afirma que: “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”.

Garfunkel, Carlson e Weller (1992) descrevem que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual sofrem efeitos mais traumáticos do que adultos, pois a suas funções afetivas e cognitivas do sistema nervoso central ainda não amadureceram totalmente. Com isso, a forma como o abuso sexual afeta uma criança será prejudicial ao seu desenvolvimento. É importante destacar que, não há como generalizar os efeitos e as consequências de abuso sexual para todas as vítimas, pois de acordo com Amazarray e Koller (1998) a gravidade e a quantidade das consequências dependem da singularidade da experiência de cada vítima. Entretanto, por mais que uma vítima não apresente sintomas, não significa que não esteja sendo afetada, e que sua saúde não esteja comprometida.

De acordo com Romaro e Capitão (2007):

O abuso sexual, sendo ele de caráter incestuoso ou não, deixa a criança numa sensação de total desamparo. O adulto que deveria ser sinônimo de proteção se torna fonte de perturbação e ameaça. Ela não tem com quem contar, não pode comentar o fato e ainda é mobilizada, pela complexidade da relação, a sentir-se culpada. O silêncio, portanto, pode estar associado ao sentimento de culpa, às ameaças feitas, ao vínculo estabelecido na relação, principalmente por parte da criança (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 180).

Em relação ao sentimento de culpa formado por uma vítima de abuso sexual, PIVA et al. (2013, p.3) descreve: “a criança está em processo de formação e desenvolvimento e não tem ainda a maturidade emocional e intelectual para ser responsabilizada por seus atos”. Portanto crianças abusadas que sofrem negligência físicas e emocionais, acabam por gerar em si esse sentimento de culpa, o que desencadeia outros problemas que afetam o seu desenvolvimento.

Habigzang, et al. (2008) descrevem que:

Além de transtornos psicopatológicos, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual podem apresentar alterações comportamentais, cognitivas e emocionais. Entre as alterações comportamentais destacam-se: conduta hipersexualizada, abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões de sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos, tais como se machucar e tentativas de

suicídio. As alterações cognitivas incluem: baixa concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas, tais como percepção de que é culpada pelo abuso, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação (HABIGZANG, et al. 2008, p.339).

Os efeitos do abuso sexual podem ter outros desdobramentos, refletindo sobre escolhas e comportamentos que perduram por anos. Day et al. (2003) relatam que alguns desses transtornos se traduzem em consequências de longo prazo como: uso inadequado de álcool e outras drogas, disfunções sexuais, disfunções menstruais, imagem corporal pobre, sexualização ou abuso de filhos, baixa autoestima e culpa, sentimentos de vergonha e traição, distúrbios psiquiátricos. Mas os autores também listam sequelas que se dão a curto prazo: como masturbação compulsiva, distúrbios do sono, aprendizagem, alimentação e conduta isolada, banhos frequentes, sintomas psicóticos, quadros de ansiedade, transtornos obsessivo-compulsivos, depressão, expressões repetidas através de gestos; sentimento de rejeição, confusão, humilhação, vergonha e medo.

Neste sentido é imprescindível o que Segundo (2020) considera sobre o acompanhamento diante desta situação:

Os tratamentos psicológicos para as crianças que sofreram abusos sexuais são essenciais, pois elas terão a oportunidade de passar por terapias, onde estas ajudarão no desenvolvimento emocional e psicológico, desta forma, podendo ter uma adolescência mais saudável, e chegando a sua vida adulta com menor índice de cometer atos como: Exclusão social, medo, baixa confiança, dificuldades de relacionamentos sexuais e amorosos (SEGUNDO, 2020 s/p).

Para que essas crianças tenham acesso a tratamentos e proteção contra o abuso sexual, é necessário que os casos sejam identificados. Zuliani et al. (2017) consideram que, muitas vezes, a escola é o primeiro local onde as crianças apresentam sintomas de que possivelmente estejam sofrendo abusos sexuais, pois podem manifestar comportamentos que começam a interferir na aprendizagem. No entanto, estes às vezes passam despercebidos pelos profissionais da educação enquanto deveria causar estranhamento, a ponto de despertar o interesse com relação ao que pode estar acontecendo. Assim, em relação ao contexto escolar, considera-se que este ambiente seja um local de possível identificação de abusos sexuais, pois em sala de aula, tais crianças podem apresentar alguns sinais dos que foram aqui citados.

2. O professor e as questões de abuso sexual

De acordo com Santos (2011) as questões sobre a sexualidade, faz parte desde o nascimento de um sujeito e é importante para a sua formação. A sexualidade por ser bastante presente no cotidiano das crianças e naturalmente está presente na sala de aula. Para Santos (2011), a curiosidade desperta o desejo da criança em compreender sobre o seu próprio corpo, elas criam hipóteses e buscam respostas com um adulto, com os pais ou até mesmo com outras crianças. Assim, é necessário que a criança entenda sobre o seu próprio corpo, e esse conhecimento pode ser abordado pelos professores.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, BRASIL, 1996):

As manifestações da sexualidade infantil mais frequentes acontecem na realização de carícias no próprio corpo, na curiosidade sobre o corpo do outro, nas brincadeiras com colegas, nas piadas e músicas jocosas que se referem ao sexo, nas perguntas ou ainda na imitação de gestos e atitudes típicos da manifestação da sexualidade adulta. Essas manifestações também acontecem no âmbito escolar e é necessário que a escola se posicione clara e conscientemente sobre referências e limites com os quais irá trabalhar as expressões da sexualidade dos alunos. Se é adequado ao espaço da escola o esclarecimento de dúvidas e curiosidades sobre este tema, é importante que contribua para que a criança aprenda a distinguir as expressões que fazem parte da sua intimidade e privacidade daquelas que são pertinentes ao convívio social. (BRASIL, 1996, p. 16)

Estabelecendo relação com as questões de abuso sexual, Zuliani et al. (2017) consideram que o despreparo e o não saber falar sobre questões relacionadas à sexualidade na escola, faz com que os professores, muitas vezes, reduzam a sexualidade ao sexo e paralisem diante de situações de abuso sexual. Destacamos então, que o primeiro passo é entender e compreender sexo e sexualidade como distintos e uma formação específica para tratar da sexualidade com crianças na escola, pode contribuir positivamente para que se estabeleça uma relação de confiança com o estudante.

Para a realização desta pesquisa foi feita uma investigação em campo por meio da aplicação de um questionário estruturado com sete perguntas, entre elas, perguntas abertas e outras fechadas, respondidas por dez professores de escolas públicas e privadas. Vale ressaltar que a identidade de nenhum dos participantes será revelada de

acordo com as normas da ética em pesquisa, e para efeito de descrição dos resultados, foram organizados dois grupos, um denominado grupo “A” para identificação dos professores da Educação Infantil, cinco no total e “B” para professores do Ensino Fundamental I, também cinco no total.

A primeira questão, contemplou o tempo de experiência na área da educação. A média de tempo foi entre oito e vinte anos de prática profissional em sala de aula. Já a segunda pergunta feita aos participantes foi se em algum momento da sua formação profissional ou durante sua atuação na área da educação, elas tiveram algum contato com o tema do abuso sexual (curso, assessoramento ou orientação). Do grupo A, quatro professoras responderam que não, e apenas uma disse que o tema foi abordado em algumas disciplinas da sua formação inicial em Pedagogia, como “Psicologia da Educação”, e palestras de convidados na faculdade, porém, durante sua atuação durante nove anos não houve abordagem do tema na escola em que trabalha. No grupo B, dois participantes também afirmam que não tiveram contato com o tema e três responderam que sim, destacando que entre elas duas tiveram contato na formação acadêmica e apenas uma delas destacou que foi através de cursos e palestras do centro de formação de professores do município, além de trabalhos pedagógicos da escola onde trabalha e a iniciativa de estudar sobre o assunto. Partindo dessa informação, reforçamos a importância de os docentes terem compreensão sobre os temas.

A postura a ser adotada pelos professores, dentro das escolas, em face das manifestações de sintomas de abuso e sexual dos alunos é fundamental, mas pelas respostas, é possível perceber que nem todos estão preparados e pode ser que até mesmo nem estejam dispostos a isto.

De acordo com o Santos (2011):

A escuta é o primeiro passo para ajudar aqueles que manifestam a necessidade de apoio. O educador pode e deve ser um grande aliado dessas crianças e adolescentes; por isso, faz-se importante que conheça as dimensões do fenômeno e saiba como enfrentá-lo. (SANTOS, 2011, p.15)

Sendo assim, é importante os professores assumirem uma postura para prevenção e acolhimento às possíveis vítimas, mas para isso devem ter conhecimento sobre tal assunto. Vagliati e Gagliotto (2014) acreditam que a sensibilização e o

conhecimento científico de uma formação continuada podem contribuir para que os professores estejam atentos e possam identificar inclusive sinais de abuso que ficam implícitos e não deixam marcas, além de aperfeiçoar suas habilidades de escuta e capacidade de abordar essa temática.

Na terceira questão foi perguntado aos participantes se na opinião deles, podem auxiliar seus alunos a se defenderem de situações de abuso sexual. Foi possível perceber que os componentes dos dois grupos estão de acordo afirmando que sim, podem ajudar seus alunos neste sentido. Uma professora do grupo B considera: *“Posso auxiliar meus alunos desde muito cedo. Principalmente se esse ensinamento já foi previamente passado em casa. Um exemplo muito claro é na educação infantil, ao ensinarmos a higiene correta, a forma em que nos sentamos na hora das brincadeiras, o relacionamento com o próximo e por acompanharmos os alunos ao banheiro diariamente, ensinamos e reforçamos diversas atitudes a todo momento em sala de aula.”* Percebe-se que a professora não deixa exatamente claro como pode auxiliar, mas existe nela uma certa disposição e atitude alerta. Por outro lado, percebemos que os professores não tiveram muita clareza ao tentarem justificar suas respostas.

Em relação à dificuldade por parte dos professores para falar sobre tais assuntos, Zuliani et al. (2017) relatam que pela falta de compreensão e saber científico desta temática, há pouca disseminação e prevenção dentro de espaços escolares, gerando assim, atitudes inadequadas por parte dos profissionais, ignorando questões relacionadas à sexualidade humana que ainda são tratadas como tabu e dificilmente discutidas na infância, e conseqüentemente o assunto do abuso sexual também se torna um tabu.

A quarta pergunta feita aos participantes foi sobre estarem ou não preparadas para identificar e denunciar casos de abuso sexual que estejam acontecendo com seus alunos. No grupo A, todas consideraram que sim e o grupo B apenas uma disse que não. Santos, et al. (2011) considera que professores podem contribuir para interromper um ciclo de abuso sexual e que com o apoio educacional, a criança tem grandes chances de superar uma experiência negativa da infância e ter uma vida adulta prazerosa e saudável nesta área.

Porém, isto só ocorre quando os professores são capazes de dialogar com seus alunos sobre o assunto, podendo ajudar as crianças a assumirem uma postura para prevenção com postura de defesa diante de situações de risco, bem como promover acolhimento das possíveis vítimas. Sendo assim, é necessário entender sobre o tema e ver a criança como um sujeito que precisa de instruções para o cuidado com seu próprio corpo e segurança pessoal.

3. Conscientização e prevenção ao abuso sexual nas instituições de ensino

Esse ponto, também é resultado da pesquisa de campo feita com os professores a qual teve como objetivo refletir sobre como os envolvidos no contexto escolar devem lidar e abordar as questões relativas ao abuso sexual de crianças e adolescentes que a frequentam.

De acordo com o Santos (2011):

[...] quando desenvolvida em ambiente saudável, a sexualidade, tanto como direito quanto como conhecimento, é uma aliada formidável para a prevenção do abuso e da exploração sexual. Por isso, faz-se necessário considerá-la como um aspecto relevante do desenvolvimento humano em geral, e de crianças e adolescentes em particular, e não como um tabu. A escola tem papel fundamental nesse processo de esclarecimento, devendo, os educadores, estarem atentos se prontificando a ouvir as necessidades de crianças e adolescentes nessa complexa etapa de seu desenvolvimento. (SANTOS, 2011, p.18)

Portanto, as crianças entenderem sobre a sexualidade se faz necessário para sua formação como sujeito da sociedade, contribuindo para com o crescimento cognitivo, emocional, relacional e sexual em direção a um empoderamento no enfrentamento de situações de abuso sexual, o que pode e deve ser organizado dentro da realidade de cada instituição de ensino.

No questionário aplicado às educadoras, a quinta pergunta foi referente às ações e procedimentos que julgam ser necessárias frente a uma questão de abuso em sua turma. Do grupo A, destacamos a escrita de uma das participantes, sendo esta a resposta que mais traz informações sob as medidas que devem ser tomadas: “O professor deve primeiramente informar a gestão da escola: diretor, coordenador (a) pedagógico (a), coordenador (a) técnico (a), professora do atendimento especializado (AEE) e juntos informar o conselho tutelar da região escolar; todas as provas que a

escola/professor (a) tiver são extremamente necessárias, também é preciso informar a família. Todos os profissionais e parentes envolvidos devem proteger a criança e tomar as medidas cabíveis para o fim do abuso o mais urgente possível. ”

De fato, todas as providências citadas pela professora são relevantes e fazem parte de um processo até chegar à proteção real da criança em questão. Percebemos, que sua resposta descreve que as providências extrapolam das ações em sala de aula, o que vem ao encontro de Piva et al, (2013, p.11) que vão além: “esse assunto não pode ficar dentro dos muros das escolas, a escola sozinha não pode dar conta do problema sem a ajuda de serviços especializados de atendimento”. Quando a professora cita o Conselho Tutelar e outras instâncias, ela está se referindo exatamente a exemplos de serviços especializados indicando que problema é maior do que apenas o ambiente da sala de aula ou até mesmo da escola.

No grupo B pudemos observar também que para estas educadoras, sujeitos da pesquisa, o assunto extrapola o âmbito da sala de aula. De modo geral, as participantes acreditam que tais situações necessitam de um olhar especial e citam que se faz necessário o acompanhamento de um profissional específico, como o psicopedagogo para amparo da criança, por acreditarem que esse profissional pode detectar se alguma sequela emocional já está sendo gerada. Revelam também a necessidade de passarem as desconfianças e preocupações a essa profissional para que possa observar comportamentos repassando à coordenação afim de buscar respostas por parte da família e ajudar o aluno/a. Uma das participantes acredita que o professor continua sendo o maior observador e é a via direta, pois está ali todos os dias com a criança.

Vagliati e Gagliotto (2014) destacam que:

A escola deve e pode ser uma parceira de peso dentre todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual, no sentido de ajudar a romper o pacto de silêncio que cerca essa violência. Seu papel se constitui na prevenção do problema - ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também na identificação, auxiliando, no caso de detectar essa agressão, a encaminharem ao atendimento adequado para que voltem a ter uma vida mais saudável e feliz. (VAGLIATI; GAGLIOTTO, 2014, p. 09)

Na verdade, a ideia é a de que o sucesso em ações de suporte a crianças que se encontram em situação de risco por conta de abuso sexual, só é possível em um

trabalho conjunto, com acolhimento, encaminhamento e intervenções de profissionais comprometidos com a questão.

A última pergunta da entrevista foi sobre a importância e a necessidade de discutir este assunto em sala de aula no Ensino Fundamental I e na Educação Infantil. Ambos os grupos concordaram sobre a importância e a necessidade disto e a resposta de uma professora do grupo A nos chama a atenção quando afirma: *“[...] devem ser utilizados os meios e linguagens corretas e apropriadas para isso. Porque, por se tratar de um tema delicado, muitas famílias não conversam sobre, e acabam não ensinando as crianças formas de se protegerem de possíveis abusos. E a escola é um espaço de ensino de regras e valores que tem como objetivo proteger as crianças inclusive em relação a assuntos delicados.”* Podemos perceber que a professora afirma sobre meio e linguagens corretas, mas não deixa explícito quais seriam estas ações. Neste sentido, Santos (2011) descreve:

Aos educadores, cabe acolher as manifestações da sexualidade infantil e sua curiosidade sexual, suprimindo as lacunas de informação, muitas vezes decorrentes da falta de orientação e de diálogo na família. Esse trabalho se dá em todos os momentos e espaços de convívio do adulto com a criança, não apenas em horários e locais predeterminados. O educador precisa estar sensibilizado e capacitado para observar a criança, perceber suas manifestações de sexualidade e responder às questões formuladas usando linguagem simples, adequada a cada faixa etária, considerando as singularidades, respeitando os limites e as possibilidades de compreensão de cada um. Cada educador deve usar sua capacidade criativa e afetiva para encontrar uma forma de se aproximar dos estudantes. (SANTOS, 2011, p.55)

Portanto, os campos de atuação envolvem inicialmente ações mais próximas, partindo da relação direta do professor com o aluno, e depois segue para o âmbito da escola como um todo e na sequência, parcerias com outras frentes. Ficou claro nos depoimentos que os professores acreditam que necessariamente estas devem ser conjuntas.

Dessa forma, a escola precisa buscar estratégias apropriadas para trabalhar tais assuntos por meio de ações educativas. Em sala de aula, na educação infantil os professores podem trabalhar com canções e histórias que tenham relação com o tema, sobre o se proteger contra o abuso, já no ensino fundamental o professor pode aprofundar e trabalhar sobre questões relacionada a sexualidade da criança. É possível encontrar literatura apropriada como por exemplo, o livro “A menina das cores” de Rita

Cândido (2021), o qual aborda questões sobre como a criança pode proteger o seu corpo. Outra sugestão para trabalhar com crianças acima de cinco anos seria “De onde viemos” de Mayle e Robins (2014), o qual aborda sobre a sexualidade.

Para além da sala de aula, pensando em termos de parcerias, como foi citado anteriormente, a escola precisa de apoio para preparar e influenciar os profissionais com o intuito de identificar situações de risco em que as crianças se encontram com orientações fundamentais para prevenção contra o abuso sexual. Neste sentido, buscamos coletar dados junto a alguma iniciativa pública e nos deparamos com uma ação denominada “Faça Bonito”, a qual acontece em algumas cidades dos estados brasileiros. Especificamente em Goiás, trata-se de uma campanha realizada pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, há mais de 20 anos em parceria com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com as Prefeituras Municipais, Secretaria Municipal da Cidadania e Justiça Social, voltado ao dia 18 de maio que é celebrado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes determinada oficialmente pela Lei 9.970/2000 com o objetivo de sensibilizar, informar, mobilizar e convidar toda sociedade a denunciar e a participar da luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

No intuito de coletar dados mais fidedignos sobre tal iniciativa, realizamos uma entrevista com a coordenadora do CRAS da cidade de Corumbá de Goiás, a qual relatou que a campanha é intensificada em maio, período marca o combate ao abuso sexual infantil, e visa alcançar as instituições educacionais. Afirma que antes da pandemia, vinham sendo realizadas anualmente ações nas escolas da cidade levando objetos simbólicos do projeto, orientações para os professores e os demais colaboradores com o intuito de trabalhar ações preventivas e realização de palestras com as crianças. Entretanto, devido à pandemia, isso não foi possível no ano de 2020 e 2021 dentro da escola, mas o movimento aconteceu durante uma semana no mês de maio, com palestras nas ruas (mantendo o distanciamento social) e carretadas com a participação dos funcionários públicos. De acordo com a entrevistada, essa mobilização alcançou todas as comunidades da cidade, e por isso é uma ação relevante quando se trata de ações voltadas à proteção das crianças.

Um outro aspecto que vale ser destacado, é o comentário de uma das entrevistadas do grupo B que ressalta a influência da mídia sobre as crianças e comenta que possivelmente o tempo em que passam conectados à internet devido às aulas remotas, pode ter agravado o acesso a conteúdo inapropriado com relação ao sexo. Percebemos que esta professora traz à tona uma questão importante de ser analisada que é a indevida exposição à pornografia ou a outras cenas, as quais a criança não está preparada. Quanto a isso Souza e Oliveira (2014) afirmam:

Em meio a tantas mudanças crianças e adolescentes não estão preparadas para essa guerra de infinidade de informações não tratadas e sem limites encontrados na internet, como: cenas de nudez ou sexo explícito, sites de violência ou racistas, venda de drogas e medicamentos, inclusive usados por adolescentes, como anabolizantes ou moderadores do apetite, turismo sexual e redes de exploração sexual comercial, disfarçados de agências de modelos ou de fotos artísticas, pois ainda encontra-se em fase de desenvolvimento físicos e psicológicos. (SOUZA; OLIVEIRA, 2014, p.8)

Assim, é possível que diante de uma situação de abuso sexual, a criança fique perdida e não saiba interpretar o que está acontecendo, até mesmo pelos equívocos frente a cenas que possa ter visto na internet. A globalização e a mídia de maneira geral, acabam por gerar confusões na mente da criança e, por isso, o diálogo e as orientações também precisam contemplar este cenário.

Cabe reforçar que os pais e responsáveis pelas crianças têm a responsabilidade e o dever de intervir e mediar o uso das tecnologias. Entretanto, o professor pode reforçar a respeito dos riscos e consequências sobre o uso inapropriado da internet.

Pensando no contexto escolar, é necessário que a coordenação e o corpo docente planejem ações a fim de alcançar pais e responsáveis que se sentem acuados em falar nesse assunto por medo, vergonha ou por falta de conhecimento. Informações objetivas e claras devem resultar em autoconhecimento e em um processo de aprendizado em que a criança passe a se perceber consciente de suas relações com as pessoas, afetos e escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa, compreendemos que o abuso sexual é um evento traumático e essa ação causa efeitos distintos nas vítimas deixando sequelas

emocionais ou comportamentais, podendo afetar o desenvolvimento de uma criança em seus aspectos afetivos e cognitivos. Entendemos que é necessário que um estudante se desenvolva positivamente em todos os seus aspectos de forma gradativa e similar, assim, crianças vítimas de abuso sexual necessitam de olhares atentos e cuidadosos.

Tendo em vista o professor como um dos maiores aliados na prevenção e proteção contra abuso sexual de crianças, concluímos que o primeiro passo é que este deve compreender a sexualidade e sexo como distintos, sendo necessário conhecer sobre o tema e sobre questões relativas ao abuso sexual, pois esse conhecimento pode contribuir positivamente para que possa tratar da sexualidade com as crianças na escola de forma natural sendo capazes de dialogar sobre o assunto, podendo ajudar as crianças a conhecerem o próprio corpo, promovendo seus direitos e deveres como seres que precisam de cuidado e proteção. O professor deve também estar atento ao convívio familiar de seus estudantes, pois, em muitos casos existe uma tendência da família acobertar os acontecimentos e uma aproximação pode contribuir para interrupção do abuso sexual.

Em questão às ações educacionais em torno desse assunto, destacamos que as instituições educacionais são ambientes que visam buscar a formação integral dos estudantes sendo o local em que as crianças passam grande parte do seu dia se socializando com outras crianças e adultos. Assim, entender sobre sua sexualidade não é só um direito, mas se faz necessário para sua formação como sujeito da sociedade.

O abuso sexual da criança é uma relação de transgressão e esta não pode ser responsabilizada por tal ação. A pesquisa buscou refletir sobre o assunto visando contribuir para o despertar do professor em relação às suas ações na prevenção do abuso sexual e até para a interrupção de ciclos de casos. Ficou evidente que a escola pode ser uma instituição que intervém por meio dos professores em sala de aula, bem como por meio de outros profissionais e educadores que a compõem, como é o caso de psicopedagogos no ambiente escolar, além de ações que devem extrapolar este espaço e tomar proporções maiores junto a instâncias públicas com base legal na proteção e acolhimento de crianças que sofrem abuso sexual. Neste

sentido, a escola deve proporcionar formação continuada aos docentes para prepará-los melhor.

Outros estudos qualitativos e quantitativos ainda são necessários para analisar as repercussões das ações e estratégias aplicadas pelas escolas e outras instituições contra o abuso sexual e a proteção das crianças, para que se possa perceber o alcance ou mesmo as “brechas” nas estratégias e ações que têm sido propostas em diferentes realidades.

REFERÊNCIAS:

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 559-578, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721998000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 de março de 2021.

BORGES, Jeane Lessinger; DELLAGLIO, Débora Dalbosco. **Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças**. Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 528-536, 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00349690200800030001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 de março de 2021.

CÂNDIDO, Rita. **A Menina das Cores**. São Carlos: Editora Scienza, 2021. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/livro-a-menina-das-cores-de-rita-candido/> Acesso em 25 de maio de 2021.

DAY, Vivian Peres; TELLES, Lisieux Elaine de Borba; ZORATTO, Pedro Henrique; AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; MACHADO, Denise Arlete; CARDOSO, Rogério Göettert. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003> Acesso em: 10 de maio de 2021

GAGLIOTTO Giseli Monteiro; VAGLIATI, Ana Carla. **A identificação da violência sexual em crianças e adolescentes no espaço escolar: limites e possibilidades de enfrentamento na voz dos professores**. Xanped Sul, Florianópolis, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1300-0.pdf Acesso em 13 de março de 2021.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://avagraduacao.unievangelica.edu.br/disciplinasonline/pluginfile.php/327563/mod>

[resource/content/1/Como%20elaborar%20projeto%20de%20pesquisa.PDF](#) Acesso em: 1 de junho de 2021.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; HATZENBERGER, Roberta; CORTE, Fabiana Dala; STROEHER, Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena. **Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (2008). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v21n2/a21v21n2.pdf> Acesso em: 5 de abril de 2021.

MAYLE, Peter; ROBINS, Mayle. **De Onde Viemos: explicando às crianças os fatos da vida, sem absurdos**. São Paulo: Nobel, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=1c-q_mWQDX8C&hl=pt-BR&source=gbs_book_similarbooks. Acesso em: 25 de maio de 2021.

PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais. **Orientação Sexual**. BRASIL, 1996 Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2021.

PIVA, Edgar; JASPER, Aláide; FELLER, Camila; ALVES, Priscila. Prevenção à Violência Sexual e Formação de Professores: avaliação de uma proposta de intervenção. REVIDI - **Revista de Divulgação Interdisciplinar**. 2013. <https://www6.univali.br/seer/index.php/redivi/article/view/5092/4269> Acesso em 13 de março de 2021.

ROMARO, Rita Aparecida Capitão; CAPITÃO, Claudio Garcia. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/ZwR5TVhB64CJYzvytF8Smvm/?lang=pt>. Acesso em 23 de março de 2021.

ROMERO, Karen Richter Pereira dos Santos. **Crianças Vítimas De Abuso Sexual, Aspecto Psicológico da Dinâmica Familiar**. Curitiba, 2007. p. 40 – 63. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas_de_abuso.pdf. Acesso em: 5 de abril de 2021.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica, RJ. 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2021.

SEGUNDO, Valério Andrade Porto. Abuso Sexual Infantil, Suas Fragilidades e Exposições Legais de Proteção. **Revista Âmbito Jurídico**. São Paulo (2020). Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-176/abuso-sexual-infantil-suas-fragilidades-e-exposicoes-legais-de-protecao/> Acesso em: 13 de março de 2021.

SOUZA, Dercia Antunes de; OLIVEIRA Joyce Alessandra de Moraes. **Uso de tecnologias digitais por crianças e adolescentes: potenciais ameaças em seus inter-relacionamentos**. Disponível em:

<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/952473.pdf> Acesso em: 27 de abril de 2021.

ZULIANI, Gécica; MANARIN, Tailize; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **O professor frente a violência sexual intrafamiliar e o impacto no desenvolvimento da aprendizagem da criança.** V Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3114.pdf> Acesso em: 14 de março de 2021.